

IBGE oferece 895 vagas em Concurso Público

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) participa do Concurso Público Nacional Unificado com 895 vagas destinadas a variados perfis de profissionais. Trata-se do maior concurso já realizado na história do instituto. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos divulgou na última quarta-feira (10) em Brasília, informações sobre o concurso com o lançamento dos editais no mesmo dia.

Anunciado no ano passado, o concurso é um novo modelo de seleção de servidores públicos federais no qual é possível concorrer a cargos efetivos, ofertados por diferentes órgãos, por meio de uma única prova. No total, 6.640 vagas de 21 órgãos federais integram o certame. Os editais referentes a cada um dos oito blocos temáticos nos quais essas vagas foram divididas, assim como o cronograma do processo seletivo e outras informações, estão disponíveis na página oficial do concurso na internet (www.gov.br). As inscrições poderão ser feitas de 19 de janeiro e 9 de fevereiro, e a prova está prevista para 5 de maio.

As vagas oferecidas pelo IBGE no concurso público unificado estão distribuídas em sete dos oito blocos temáticos e não haverá prova de títulos para os cargos do instituto. O Bloco 4 é o único que não apresenta postos de trabalho no IBGE. Conforme o ministério, cada candidato poderá se inscrever apenas para vagas de um determinado bloco, de acordo com sua trajetória acadêmica e interesse pessoal.

Para quem tem nível superior, os cargos e especialidades relacionados ao IBGE ficaram divididos da seguinte forma: 133 vagas no Bloco 1 (Infraestrutura, Exatas e Engenharias); 122 vagas no Bloco 2 (Tecnologia, Dados e Informação); 29 vagas no Bloco 3

(Ambiental, Agrário e Biológicas); 4 vagas no Bloco 5 (Educação, Saúde, Desenvolvimento Social e Direitos Humanos); 32 vagas no Bloco 6 (Setores Econômicos e Regulação); e 275 vagas no Bloco 7 (Gestão Governamental e Administração Pública).

Os aprovados poderão trabalhar em diversas localidades do território nacional, dependendo da função escolhida. Nos casos em que um cargo for oferecido em diferentes cidades e/ou estados, terá preferência de escolha do seu respectivo local de trabalho a pessoa com melhor classificação no concurso e assim sucessivamente.

No Bloco 8 (Nível Intermediário) foram alocadas com 300 vagas direcionadas aos candidatos com nível médio de escolaridade, reunidas separadamente em cada uma das cinco regiões do Brasil: 47 vagas no Norte; 86 no Nordeste; 40 no Centro-Oeste; 91 no Sudeste; e 36 no Sul. A opção pela(s) região(ões) desejada(s) será feita pelo candidato no momento da inscrição.

Dois dos três cargos com exigência de ensino superior

(Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Informações Geográficas e Estatísticas; e Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas) têm salário inicial de R\$ 8.453,00. Pesquisador em Informações Geográficas e Estatísticas receberá R\$ 10.233,67, enquanto para as funções de nível médio (Técnico em Informações Geográficas e Estatísticas) o valor é R\$ 4.008,24. Não foram consideradas eventuais gratificações por qualificação. Os servidores federais permanentes têm direito a benefícios como auxílio-saúde, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, auxílio-creche, entre outros.

“Este concurso é extremamente importante, considerando a necessidade de reposição dos quadros do IBGE. Acredito que a estratégia do Concurso Nacional Unificado vai nos apoiar, identificando futuros servidores alinhados com a administração pública que possam, efetivamente, contribuir para o IBGE do futuro”, afirmou, em nota Bruno Malheiros, coordenador de Recursos Humanos do instituto.

Fonte: CUT

CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA

Assembleia Geral para discutir proposta salarial

O Sindsep/MA vai realizar no próximo dia 19 de janeiro, uma Assembleia Geral, que irá acontecer de forma híbrida (presencial e remota).

Na pauta está a Campanha Salarial de 2024 e a proposta apresentada pelo Governo Federal.

A Assembleia vai acontecer às 9h em primeira convocação e 09:30h em segunda convocação.

Os servidores que forem participar de forma remota poderão acessar o link: <http://meet.google.com/rrg-emkk-zub>.



Criminalidade: nem à esquerda nem à direita

Por Coletivo Legis-Ativo e Leon Victor Queiroz

Analisar a realidade é uma tarefa complexa que exige teoria adequada e métodos precisos para gerar conhecimento científico válido. A realidade política, objeto de análise e explicação da Ciência Política, impõe esses mesmos desafios. Buscamos classificar regimes políticos, sistemas de governo e ideologia política para que possamos melhor compreendê-los. É importante ressaltar que, quando utilizamos métodos estatísticos, a variável dummy (0 ou 1) é melhor utilizada quando se trata de sucesso (1) ou fracasso (0), como vencer (1) ou perder (0) uma eleição.

Quando analisamos ideologia política e democracia, classificá-las com direita ou esquerda, democracia ou autocracia, impõe em perder uma grande diversidade histórica, social e institucional. Entender a diversidade institucional é de extrema importância para compreender como essas questões podem ser analisadas de forma mais fidedigna e com a melhor evidência científica. Portanto, afirmar que ideologia política se divide entre esquerda, centro e direita ou que regime político se divide em democracia, semidemocracia e autocracia é deixar de lado a ampla variedade que se apresenta e que desafia o cientista político. É preciso mais esforço para entender que se trata de um espectro.

Elinor Ostrom (Entendendo a Diversidade Institucional) e Robert Dahl (Poliarquia) trouxeram contribuições valiosas para que pudéssemos compreender as mais diversas variações ao redor do mundo. Estatisticamente falando, há muito mais variância fora dessas classificações tricotômicas.

Associar a esquerda à criminalidade parece texto de grupo de whatsapp. Ao longo da história houve regimes políticos violentos que chegaram ao poder através de revoluções, golpes e autogolpes. À esquerda temos a violência na Revolução Francesa, Revolução Russa (principalmente o holodomor, quando milhares de pessoas morreram de fome na Ucrânia) e Revolução Cubana. É muito difícil uma revolução que busque tomar o poder ocorrer de forma pacífica. À direita tivemos as ditaduras militares do Chile, Argentina e Brasil. Hitler fora eleito, mas mudou as regras do jogo para que ficasse no poder, uma espécie de autogolpe, e instalou o regime nazista. No mundo atual existem diversos países que vivem sob regime autocrático tanto de esquerda quanto de direita. Por isso, ideologia política não pode ser associada nem a criminalidade nem a regimes autocráticos.

Associar esquerda ou direita à criminalidade ocorrida no passado seria como associar a Igreja Católica à criminalidade por conta da Inquisição durante a Idade Mé-

dia. É totalmente anacrônico e espúrio. Violência, discursos de ódio, tentativas de golpe etc., não são características de uma ideologia política em específico, mas do extremismo ideológico, que não aceita competição, que não aceita os adversários e nem a diversidade. Faz parte de um conjunto de crenças dogmáticas, portanto irrefutáveis, geralmente vinculadas a uma figura a se adorar.

Hoje o Congresso Nacional, que é majoritariamente composto por parlamentares mais à direita do espectro político, tem seus trabalhos conduzidos com relativa paz, onde as esquerdas, as direitas e os centros travam embates em busca de vencer o debate e de conseguir colocar em andamento os seus projetos de poder. Sim, todo grupo político tem um projeto de poder, só assim ele pode implementar as decisões que se acredita ser melhor para o país. Não deveria ser por crença, mas com base na melhor evidência científica, mas isso fica para outro momento. O que importa é que não há qualquer evidência científica que seja capaz de associar qualquer ideologia política a crimes, uma vez que eles ocorrem em função do contexto histórico de revolução e de ruptura institucional.

Fonte: congressoemfoco.uol.com.br

**SE É IMPORTANTE PARA A SUA VIDA
É UMA LUTA DA CUT**